



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ata da 15ª reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2019

1 Em 18 de fevereiro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Thiago
6 Higino Lopes da Silva, representante da SEMAD. Representantes do poder
7 público: Mayra Cristina de Lima, da Secretaria de Estado de Agricultura,
8 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Laura de Moraes Andrade Coutinho, da
9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e
10 Ensino Superior (Sedectes); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de
11 Governo (Segov). Representantes da sociedade civil: Antônio Walter dos Santos
12 Pinheiro Filho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
13 (Abragel); Taiana Guimarães Arriel, da Associação Mineira de Silvicultura
14 (AMS); Adriano Scarpa Tonaco, da Federação das Indústrias do Estado de
15 Minas Gerais (Fiemg); Gleyber Ferreira e Silva Carneiro, da Cáritas Diocesana
16 de Itabira; Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia
17 Sanitária e Ambiental (Abes); Oswaldo Dehon Roque Reis, do Conselho
18 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1)**
19 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
20 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Thiago Higino Lopes da Silva
21 declarou aberta a 15ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças
22 Climáticas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
23 Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Primeiro comunicar que a Abes soltou, na
24 quinta-feira, um manifesto sobre a questão de Brumadinho. Está no nosso site.
25 Então nós resolvemos divulgar um manifesto, foi uma posição bastante
26 estudada, uma posição técnica, naturalmente, e queremos contribuir para o
27 futuro em relação ao tema e à recuperação dos desastres e dos impactos. Está
28 no nosso site: abesmg.org.br. E se quiserem eu posso disponibilizar também
29 em meio eletrônico para alguém aqui distribuir. Eu queria que os colegas
30 conhecessem o posicionamento da Abes. Segundo que eu acompanhei a
31 questão daquele convite apresentado, na última reunião, da Agência Francesa,
32 e nenhum dos prefeitos me confirmou ter recebido qualquer coisa oficial para
33 participar. Lembram-se? Da questão de resíduos sólidos. Nem o prefeito de
34 Janaúba nem o prefeito de Mariana me confirmam que foram convidados ou
35 que receberam qualquer documento oficial. Eu queria só saber como está isso.”
36 Presidente Thiago Higino Lopes da Silva: “Eu não sei se nós já temos aqui de

37 pronto alguma resposta. Se não nós vamos anotar e dar resposta através de e-
38 mail. Nós vamos verificar, conselheiro, e dar resposta para o senhor.” **4)**
39 **EXAME DA ATA DA 14ª REUNIÃO DA CEM.** Aprovada por unanimidade a ata
40 da 14ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas,
41 realizada em 21 de janeiro de 2019. Votos favoráveis: AMS, Crea, Segov,
42 Sedectes, Fiemg, Abragel, Seapa e Abes. Abstenção: Cáritas Diocesana de
43 Itabira. Entidade suspensa: Assembleia Legislativa. Entidade desligada: Setur.
44 **5) INFORMAÇÕES SOBRE O DESASTRE DA BARRAGEM 1 / MINA**
45 **CÓRREGO DO FEIJÃO. Apresentação: SEMAD.** Daniel dos Santos
46 Gonçalves/SEMAD fez apresentação sobre ‘licenciamento ambiental no Estado
47 de Minas Gerais e o desastre da Vale em Brumadinho/MG’. O conteúdo da
48 exposição foi disponibilizado no site do Sisema. **Manifestações.** Conselheiro
49 Rogério Pena Siqueira: “Como eu falei anteriormente, nós nos posicionamos em
50 relação à questão. Tem o manifesto da Abes, não sei se é possível projetá-lo.
51 Eu vejo uma coisa na apresentação, Thiago, importante talvez de se revisar
52 imediatamente. O descomissionamento com o reaproveitamento de certa forma,
53 em algum momento, pode provocar a desestabilização das barragens a
54 montante pela alteração da retirada do minério e provocar, inclusive, uma
55 liquefação do maciço. Portanto, penso que há que se revisar essa questão,
56 inclusive no descomissionamento. Ou seja, caso venha para o COPAM. É lógico
57 que está tudo suspenso hoje, tudo para revisão. Estamos falando isso aqui em
58 hipótese. Lógico. Caso venha para licenciamento o reaproveitamento desse
59 material, eu acho que é de se reclassificar como um licenciamento de grande
60 impacto devido ao histórico. Mesmo que se tenham parâmetros que não
61 consigam desqualificar ou colocar no médio, no licenciamento, eu acho que tem
62 que ser licenciamento completo, sim, com toda a cautela. Eu digo isso porque,
63 apesar de não licenciarmos as questões das estruturas, como você está
64 falando, na verdade, quando pensamos na questão ambiental e no
65 licenciamento, temos que preocupar com os impactos ambientais e com os
66 possíveis impactos ambientais decorrentes de acidentes ou de desastres.
67 Nesse sentido, a Abes, inclusive, faz uma proposta de que, nesses casos, ou
68 seja, qualquer equipamento, qualquer grande empreendimento que tenha
69 possibilidade de uma ruptura, de provocar um grande desastre, que haja no
70 mínimo seguro caução, que é uma forma de se ter o recurso imediatamente
71 após o fato, liberado para as ações necessárias, sejam elas emergenciais,
72 sejam elas de recuperação ambiental. Isso está dito no nosso manifesto, porque
73 se isso acontece no licenciamento, ou seja, se exige-se no licenciamento um
74 cenário da pior questão, da ruptura da estrutura, você consegue quantificar, ou
75 seja, precificar quanto aquilo custa a nós em termos de impacto ambiental, ou
76 seja, quanto custa recuperar aquela área no caso de um acidente. E se nesse
77 caso o empreendedor é obrigado a provisionar recurso para essa hipótese, com
78 certeza, terá uma prioridade na segurança na hora de fazer o projeto. E,
79 portanto, vai fazer projeto com esse custo embutido, mas muito mais seguro. No

80 nosso manifesto, nós colocamos, estruturadamente, essas questões. Se já
81 estiver no ponto, eu queria passar. Eu acho que agora ficou importante, já caiu
82 na pauta desta Câmara. Porque eu acho que vale a pena. 'Manifesto sobre o
83 desastre de Brumadinho - Diante de mais esse acontecimento de ruptura de
84 barragem de rejeitos de minério em Minas Gerais, ocorrido em 25 de janeiro, na
85 Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, de propriedade da Vale, a Abes vem a
86 público se posicionar sobre o fato.' Inicialmente, nós fazemos, lógico, uma
87 manifestação em relação às vítimas. Não podíamos deixar de colocar isso. E
88 também nos solidarizamos com a população de Minas. Porque a Abes entende
89 que, quando um fato desse ocorre, atinge não só os diretamente impactados ou
90 atingidos. É um patrimônio nacional, um patrimônio de Minas Gerais, portanto,
91 eu acho que o Brasil e a população brasileira são atingidos no seu patrimônio.
92 Por isso está colocado isso também. 'Nossos recursos naturais têm sido
93 deteriorados tal como se uma bomba de grande potencial de devastação tivesse
94 sido disparada.' É verdade isso, todos nós estamos vendo, e está lá. Então
95 perante isso a Abes coloca o seguinte. '1) A engenharia e a técnica no Brasil
96 precisam se reposicionar. Não se pode aceitar que as questões administrativas,
97 econômico-financeiras, que visam apenas lucro, sejam priorizadas em
98 detrimento da qualidade técnica e da segurança. A Abes ressalta a necessidade
99 de os projetos terem qualidade, serem definidos e elaborados por equipes
100 técnicas da engenharia, dotadas de conhecimento e experiência, assim como o
101 respeito ao tempo de execução necessário. Tudo devidamente subsidiado pelos
102 estudos indispensáveis à sua concepção, premissa para qualquer obra de
103 grande porte e alto potencial de impacto. Essa medida evitará as perdas sociais
104 e ambientais que estamos presenciando nesse momento, bem como reduzirá
105 custos e danos futuros a toda a sociedade. 2) Recomenda a valorização dos
106 técnicos da engenharia do setor público, necessidade urgente para que a
107 fiscalização e o licenciamento garantam a segurança desses empreendimentos.
108 A valorização dos técnicos, através de planos de cargos e salários condizentes,
109 e a destinação de investimentos do Estado (em todos os níveis) para sua
110 constante formação, é uma premissa que a Abes-MG compartilha e pela qual
111 trabalha.' Como todos sabem, a Abes promove formação e trabalha nesse
112 sentido de produção na nossa área, seja técnica-científica. Então nós temos
113 condições também de participar disso. E nos solidarizamos também com a
114 FEAM, o IGAM, ou seja, todo o sistema nosso de Meio Ambiente, 'equipe que
115 tem se empenhado em avaliar, buscar alternativas e indicar medidas para evitar
116 ou mitigar os danos decorrentes de empreendimentos de interesse para a
117 sociedade.' Isso é importante colocar, e sempre temos colocado, porque o que
118 se faz na mídia é jogar a bacia com a água, com o neném e tudo fora, nesse
119 momento ninguém presta, engenheiro não serve para nada, nada serve. Então
120 é bom a gente colocar que temos condições técnicas, que temos técnicos,
121 pessoas que estão trabalhando e comprometidas, como temos aqui. '3) A
122 Abes recomenda que, no caso de acidentes e desastres como o ocorrido em

123 Brumadinho, os recursos para as ações emergenciais, de reparação ambiental,
124 econômica e social, e das indenizações às vítimas sejam estimados
125 previamente, através de cenários de acidentes, em estudos de avaliação de
126 riscos potenciais, na fase de licenciamento dos empreendimentos, com a
127 exigibilidade de aporte e disponibilização desses recursos na sua totalidade,
128 imediatamente após a ocorrência dos desastres. Somente assim, as
129 empresas incluirão esses custos em seu planejamento financeiro, investindo em
130 projetos mais seguros. 4) Recomenda que novas barragens com a tecnologia de
131 alteamento a montante, para armazenamento de rejeitos de mineração, sejam
132 proibidas, e as existentes sejam imediatamente desativadas e providenciado o
133 seu descomissionamento. Trabalho que deve ser realizado através de projetos
134 de engenharia, considerando todos os aspectos de segurança necessários para
135 garantir eventuais impactos ambientais e socioeconômicos, diretos e indiretos,
136 do empreendimento. A Abes-MG sugere, como uma das alternativas, a
137 construção imediata de diques de segurança a jusante das barragens, antes do
138 início do descomissionamento, para conter os rejeitos, caso haja ruptura das
139 referidas estruturas. 5) A abes-MG considera relevante destacar, neste
140 posicionamento, que os aterros sanitários são estruturas semelhantes às
141 barragens de alteamento a montante.' É lógico que os aterros hoje, por
142 exemplo, o de Belo Horizonte, na BR-040, está monitorado, tem todo o
143 investimento, que custa R\$ 18 milhões por ano, a manutenção do aterro
144 sanitário de Belo Horizonte, sem pôr 1 kg de rejeito lá. Isso nós estamos
145 chamando atenção porque pode haver outros aterros sanitários em Minas
146 Gerais que não estão na mesma condição, nem na mesma condição de
147 monitoramento, nem na mesma condição de licenciamento, nem na mesma
148 condição de segurança. E eles são potenciais pontos de desastre. O aterro
149 sanitário de Belo Horizonte, em caso de uma ruptura, leva 4.000 vidas
150 imediatamente, fora as 100 mil que moram a jusante dele, fora o tamanho do
151 acidente. São 70 m de altura. Isso nós estamos colocando para que fique para o
152 próximo prefeito, porque alguém pode desistir de lidar com aquele problema
153 como tem que lidar. E nós estamos chamando atenção também porque são
154 investimentos eternos, que deixamos construir aterro para as futuras gerações.
155 E além disso aterro sanitário impede que se avance em questões tecnológicas
156 de resíduos, porque custam mais barato hoje. Todo mundo fala que aterro
157 sanitário é a solução. O aterro sanitário é a solução porque só medimos os
158 custos do aterro no momento de descarregar lá. E eu posso dizer o seguinte,
159 tem outro aterro licenciado, de grande porte, que dura 50 anos. Está ali do lado
160 do rio das Velhas, da Queiroz Galvão, aterro de Macaúbas, que recebe o lixo de
161 Belo Horizonte. Quando essa empresa receber o que tem que receber e
162 encerrar esse aterro, ela vai cuidar dele por 100, por 200 anos? Com certeza,
163 não, com certeza, vai ser a sociedade, Sabará ou Minas Gerais ou quem põe
164 lixo lá que vai ter que dar manutenção nisso eternamente. Então essas contas
165 têm que virar presente para podermos fazer futuro em relação às questões

166 tecnológicas. É por isso que colocamos esse parágrafo. '6) Os desastres
167 ocorridos na área da mineração reforçam a importância de o país adotar uma
168 política ambiental institucionalmente forte e legalmente estruturada, que
169 possibilite a preservação e a manutenção de um ambiente seguro e saudável.
170 Demonstra ainda que, atualmente, percorre-se o caminho contrário, consumindo
171 os recursos das gerações futuras, ao considerar apenas os lucros de médio
172 prazo, imputando custos de tal monta inadmissíveis a longo prazo. 7) A
173 sociedade civil organizada deve se unir neste momento de dor para a
174 recuperação social, ambiental e econômica das áreas atingidas, agindo como
175 protagonista e não como espectadora. Os recursos provenientes das empresas
176 causadoras dos desastres devem ser disponibilizados imediatamente à
177 sociedade, através das entidades que compõem o sistema de gestão de
178 recursos hídricos, bem como aquelas de defesa social, que devem decidir como
179 se dará a aplicação e a fiscalização desses recursos, sem a interferência dos
180 responsáveis pelo ressarcimento dos prejuízos causados pelos desastres.' Eu
181 coloco isso – e a Vale entendeu isso – ao lidar muito com a Renova. Eu fui
182 conselheiro na Fundação Renova, no conselho consultivo. É uma posição não
183 remunerada, é bom que se diga também. E fiquei lá um ano. Depois de fazer
184 contas, pensem comigo: se a recuperação do rio Doce custar R\$ 50 bilhões e
185 se as empresas que estão lá e que são responsáveis pelo ocorrido tivessem
186 que aportar esse recurso imediatamente, seja através de multa ou seja através
187 de acordos, elas teriam que aportar todo o montante para recuperação.
188 Concordam? Quanto é o juro de R\$ 50 bilhões, que é o que se estima para
189 recuperar o rio Doce em 20 anos? Põe por ano. Põe 6% por ano, que é a Selic.
190 São R\$ 3 bilhões por ano. Concordam? Sabe quanto a Renova já aplicou nos
191 três anos em que está lá? Foram R\$ 4 bilhões. Ou seja, se as empresas
192 lançarem prejuízo em seus balanços de R\$ 50 bilhões, elas estão recuperando
193 o rio Doce sem gastar um tostão, porque elas aplicam esse dinheiro no mercado
194 financeiro e, com os juros, fazem a recuperação em 20 anos. Esses juros
195 tinham que estar na Renova. E falo mais, no conselho curador da Renova não
196 devia ser admitido nenhum representante das mineradoras. É ele que manda na
197 Renova, e foi por isso que eu saí de lá em setembro representando o Estado de
198 Minas Gerais através do governador. Foi por isso, com essa conclusão, que eu
199 saí de lá. Isso está escrito ali para não se repetir a mesma coisa. Ou seja, ou se
200 cria uma situação de recuperação real e com condições técnicas e rápidas para
201 recuperação e que nunca se entregue à raposa tomar conta desse galinheiro.
202 Eu acho que erramos uma vez, podemos até consertar a Renova. Eu não estou
203 falando contra a Renova enquanto instituição, ela ainda tem conserto, se quiser.
204 Põe lá todo o dinheiro e tira as mineradoras de lá. É uma situação. Então, por
205 fim, colocamos aí a questão da vida. Se tiver uma vida em risco, nenhum projeto
206 tem valor." Daniel dos Santos Gonçalves/SEMAD: "Primeiro agradecer o
207 manifesto. Ele foi bem compartilhado internamente na SEMAD, corrobora com o
208 entendimento que nós temos, mais aqueles questionamentos, na verdade, eu

209 me esqueci desse ponto que você comentou sobre a questão do impacto que o
210 reaproveitamento pode ter. Primeiro tem que estar bem sedimentado que não
211 teve nenhuma atividade em Brumadinho de reaproveitamento, isso nem se foi
212 iniciado. E um dos motivos pelos quais não foi iniciado também é porque eles
213 precisam fazer uma revisão do plano de segurança. O que manda isso é
214 legislação da ANM. Então, antes de fazer atividade de reaproveitamento, há
215 necessidade de se fazer a revisão do plano de segurança de barragem. Isso já
216 existe na lei, e esse processo não foi feito. A caução é uma das falas, por
217 exemplo, do secretário de Meio Ambiente na Comissão Externa de Barragem,
218 foi justamente colocar alguns pontos que a Secretaria entende como
219 necessários de alteração na legislação. Essa questão do seguro ambiental na
220 Política Nacional do Meio Ambiente foi um dos pontos comentados pelo
221 secretário. Então corroboramos com esse entendimento. A questão de alterar a
222 classificação da atividade da DN foge um pouquinho, e aí eu ousou discordar um
223 pouco nesse sentido, porque não fazemos a classificação utilizando o risco
224 potencial de acidente. Na verdade, a nossa classificação pressupõe o estado
225 regular de operação. Por isso, no estado regular de operação, a deposição
226 realmente tem maior impacto que o reaproveitamento.” Conselheiro Rogério
227 Pena Siqueira: “O que está comprovado, mesmo com as ações das próprias
228 empresas, é que as barragens de alteamento a montante deixam um risco
229 iminente. Hoje é o que está, até que provem o contrário e que façam estudos
230 técnicos contrários. Nesse caso, vale a pena revisar. Se for fazer, vale a pena
231 revisar a questão do licenciamento aqui, porque essas estruturas já são
232 consideradas de risco. Então nós temos que ter mais cuidado com elas, até
233 para fazer o descomissionamento.” Presidente Thiago Higino Lopes da Silva:
234 “Só fazendo um adendo ao que o Daniel já colocou, inclusive todos os
235 processos de licenciamento ambiental hoje de barragens estão suspensos
236 justamente esperando essas novas diretrizes normativas que a ANM e os
237 órgãos competentes vão ditar para nós, do licenciamento.” Conselheiro Adriano
238 Scarpa Tonaco: “Primeiramente eu queria parabenizar a iniciativa da SEMAD.
239 Nós corroboramos também com essas informações que foram passadas. Hoje
240 todo mundo é ‘especialista em barragem’, todo mundo fala o que quer, na hora
241 que quer, principalmente através de redes sociais. Então é bom que a verdade
242 seja dita, e o que está saindo na mídia realmente é que essa demonização,
243 desde a 217, até mesmo da própria SEMAD, isso aí é totalmente equivocado.
244 Nós vemos que essa parte da legislação, de estrutura, realmente é competência
245 da ANM, a SEMAD não tem técnicos para isso, para atestar segurança de
246 barragens, não é o papel da entidade. Isso é uma questão estrutural, questão
247 de engenharia. Lógico que a parte de impacto ambiental, que foi a
248 consequência do rompimento, isso, sim, é de competência do órgão. Mas aí
249 temos que deixar clara essa divisão entre essas competências. Na semana
250 passada, nós vimos isso muito bem na Câmara dos Deputados, a falta de
251 informação dos próprios representantes lá. Então nós queríamos manifestar

252 esse apoio à SEMAD nessa questão. Outra questão é a parte da fiscalização.
253 Não adianta nada alterar as leis, alterar o rigor da fiscalização e não estruturar a
254 ANM com técnicos competentes, com pessoas competentes para fazer esse
255 tipo de fiscalização e assegurar uma certa segurança. O que o Rogério colocou,
256 a questão do seguro, existe um PL, o PL das Barragens, o 3.676, em que já
257 está prevista essa questão de seguro. Então é algo que vai de encontro com o
258 manifesto de vocês. E também alteamento a montante já é proibido em Minas, e
259 saiu na sexta-feira a Resolução 04, da ANM, também proibindo em todo o
260 território nacional. Então as medidas estão sendo tomadas. Igual eu falei, não
261 adianta nada colocar leis, apertar a fiscalização e não termos competência para
262 segui-las. Então nós temos, sim, que trabalhar para criar segurança dessas
263 barragens, só que nós, como Federação das Indústrias, temos que deixar claro
264 que a atividade minerária é muito importante para o Estado, com certeza esse
265 cenário tem que mudar, mas também nós temos que trabalhar para que a
266 segurança venha em primeiro lugar, mas que preservemos a atividade
267 econômica, que é vital para o Estado também. Então estamos vendo, como
268 federação, como podemos ajudar a fazer estudos e trazer mais segurança para
269 esse procedimento, para que a gente não apenas demonize a atividade
270 minerária, igual está sendo colocada, pois ela, apesar de tudo que aconteceu, é
271 essencial para a nossa atividade econômica.” Conselheiro Oswaldo Dehon
272 Roque Reis: “Eu felicito pela apresentação, que foi realmente muito pedagógica,
273 muito útil para que todos os conselheiros aqui possam entender melhor o
274 processo que se deu no que diz respeito ao licenciamento. Como no geral o
275 debate é para além do licenciamento, mas, sim, acerca das questões que dizem
276 respeito à segurança das barragens no Estado de Minas Gerais e no Brasil, e
277 como eu represento o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, eu
278 gostaria: se você pudesse dar uma olhadinha também na internet, houve uma
279 nota do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e do Conselho Regional
280 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais sobre o rompimento da barragem.
281 Se você pudesse também localizá-lo na internet talvez fique mais fácil. É crea-
282 mg.org.br, em comunicação. Mas se colocar ‘nota do Confea e Crea-MG’, muito
283 provavelmente, no Google, você vai conseguir. O presidente do Conselho
284 Regional de Engenharia e Agronomia, engenheiro Lúcio, esteve com o
285 presidente nacional, do Conselho Federal, engenheiro Joel Krüger, relatando as
286 questões aqui de Minas Gerais, discutindo com ele também no plano nacional
287 um reforço da engenharia no intuito não apenas de poder dar mais espaço para
288 os profissionais da engenharia no que diz respeito ao cumprimento das tarefas
289 que dizem respeito à área da segurança, a profissionais engenheiros que têm
290 não apenas em seu expertise a questão das barragens, mas também da
291 segurança de barragens. Esse profissional é um profissional muito desejado no
292 mercado de trabalho, é um profissional que não há muitos, mas existem vários
293 muito competentes. E a nota, não só a nota do presidente do Conselho Federal,
294 mas a nota conjunta do Confea e do Crea-MG aponta a relevância da

295 engenharia em processos como esses. São muito importantes. Talvez eu possa
296 iniciar a leitura aqui. Eu vou ler uma nota curta, mas que expressa alguns
297 pontos importantes no que diz respeito ao que o Crea e o Confea têm realizado,
298 no intuito de poder apresentar a relevância da engenharia frente ao caso. 'O
299 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e o Conselho Regional
300 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG) lamentam o
301 rompimento da barragem da Mina do Feijão, ocorrido nesta sexta-feira, 25 de
302 janeiro de 2019, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.
303 Nesse momento, o Sistema Confea/Crea se solidariza com aqueles que sofrem
304 com a perda ou a incerteza sobre a situação de amigos e familiares. Os
305 Conselhos de Engenharia e Agronomia desejam assertividade e resiliência a
306 todos os que estão envolvidos nos trabalhos de resgate e atendimento às
307 vítimas, assim como na busca de sobreviventes e contenção de danos. O
308 Confea e o Crea-MG colocam-se à disposição da sociedade brasileira para
309 apurar as responsabilidades pela tragédia e para auxiliar os órgãos
310 competentes na avaliação sobre o acontecimento, fornecendo os dados que
311 detêm sobre o empreendimento. Os Conselhos reforçam a necessidade de
312 discutir alternativas e protocolos técnicos capazes de minimizar riscos sociais e
313 ambientais, assim como as políticas de licenciamento ambiental e de segurança
314 de barragens. Para o Sistema Confea/Crea é imperativo trabalhar com demais
315 órgãos técnicos na busca de soluções definitivas para que desastres como esse
316 jamais voltem acontecer em nosso país.' Essa é a nota que foi apresentada.
317 Tem uma nota mais longa. Eu não vou ler aqui, porque é uma nota de três
318 páginas. Aqueles que tiverem interesse, basta entrarem no site do Conselho
319 Federal de Engenharia e Agronomia, do presidente Joel Krüger, para que
320 possam então proceder à leitura e entender os desdobramentos. Apenas no que
321 diz respeito ao Crea-MG, foi constituída uma comissão. Já existe uma comissão
322 permanente, e foi criada uma comissão específica no que diz respeito a essa
323 situação da barragem lá de Brumadinho, em que notas técnicas serão
324 apresentadas à sociedade no que diz respeito à contribuição dos engenheiros e
325 dos agrônomos também no que diz respeito a esse e a outras questões ligadas
326 à segurança das barragens no Estado de Minas Gerais. Um ponto muito
327 importante é que podemos observar que o Conselho também se coloca, neste
328 momento, em defesa dos profissionais da engenharia. O que podemos
329 observar, recentemente, é uma tentativa de poder responsabilizar os
330 profissionais, não as empresas que os contratam. Há muito assédio, muitos não
331 conseguem entender a relevância dos profissionais e o assédio que é feito em
332 parte pelas empresas no que diz respeito, em especial, àquelas declarações
333 que foram dadas pelos profissionais da empresa alemã de engenharia, em que
334 houve, ao menos foi tornando público por eles, de que havia uma pressão no
335 intuito de poder dar conformidade àquilo que eventualmente talvez não tivesse,
336 por parte dos profissionais, naquele momento, total clareza para que os laudos
337 pudessem ser dados daquela forma. Então é preciso fazer com que a

338 engenharia seja fortalecida e os engenheiros fortalecidos. É claro que as
339 empresas também estão fortalecidas. É muito importante que nós possamos
340 diferenciar o profissional da empresa que atua junto com as empresas
341 prestadoras de serviço no caso da engenharia, porque frequentemente essas
342 empresas sofrem assédio, e esses profissionais, em função da situação social e
343 econômica deste país, eventualmente, cedem. Isso não é algo positivo, é algo
344 que o Crea e todos os profissionais lamentam, mas ao mesmo tempo se unem
345 no intuito de poder fazer com que a técnica prevaleça em situações como essa
346 e em quaisquer situações onde há conflito de interesses, no intuito de poder
347 fazer valer as regras que gerem, portanto, a lógica não só da engenharia, mas
348 de todas as profissões tecnológicas que estão articuladas a esse Conselho, de
349 defesa dos profissionais.” Conselheiro Gleyber Ferreira e Silva Carneiro: “Eu,
350 sinceramente, não entendi a razão, o motivo de se fazer essa apresentação
351 para a Câmara Técnica de Mudanças Climáticas e fico refletindo também como
352 que é difícil a pessoa admitir e pedir desculpa. Como representante da
353 sociedade civil, eu pude ouvir o posicionamento da indústria, o posicionamento
354 do governo, mas a realidade é que a sociedade não se identifica mais com o
355 governo que está e muito menos com o modelo econômico vigente. E tudo em
356 nome do dinheiro, tudo em nome de dar um parecer para não perder a boca,
357 para não perder o cliente, tudo para poder fazer uma economia porca, ‘vamos
358 fazer mais barato, porque assim vai render mais lucro’, para depois ter um
359 acidente e um prejuízo de bilhões. O sistema chega a ser tão irracional que
360 inventa um monte de desculpa, que ‘tem que estudar, tem que fazer isso’. Tem
361 que fazer nada, hoje existe tecnologia para segurar o rio São Francisco, e não
362 se foi capaz de fazer uma barragem para segurar rejeito da mineração. Isso é
363 uma vergonha. Então é um momento de se refletir, de o governo refletir, as
364 empresas refletirem sobre o modelo de fazer econômico. Chega de falar tanto
365 em sustentabilidade e não colocar em prática, porque todo mundo sai no
366 prejuízo, todo mundo sai impactado com isso. Então eu queria deixar essa
367 reflexão em termos do posicionamento da sociedade civil, que muitas vezes a
368 economia não é nem um pouco inteligente, nem mesmo para o próprio
369 empreendedor e para os acionistas.” Presidente Thiago Higino Lopes da Silva:
370 “Agradecemos as contribuições, e o nosso objetivo de fazer essa apresentação
371 aqui é difundir o conhecimento técnico, combater algumas fake news que, no
372 início, eram propagadas pela mídia. Então nesse âmbito técnico nós resolvemos
373 trazer as informações técnicas, sem a questão do imediatismo que a mídia tenta
374 implantar em razão de algum populismo ou alguma coisa desse tipo. Então a
375 nossa intenção é trazer para os senhores as informações diretamente da fonte,
376 informações essas verdadeiras, informações essas técnicas. Então esse é o
377 objetivo, embora a matéria não tenha pertinência com a Câmara Técnica.
378 Partindo desse ponto de difundir o conhecimento, nós estamos apresentando
379 em todo o âmbito do COPAM, em todas as unidades.” Conselheiro Antônio
380 Walter dos Santos Pinheiro Filho: “Eu acho, sim, importante trazer não só para

381 esta Câmara Técnica, mas para todas realmente esclarecimentos sobre as
382 questões das barragens. Mas até eu acho que poderia ser ampliada essa
383 apresentação para também mostrar as diferenciações entre barragens. Porque
384 toda vez que se fala em barragem se coloca todo mundo na mesma cesta de
385 ovos. Barragem de alteamento de montante, mas quando se fala em barragem
386 hidrelétrica é a mesma situação, todo mundo pensa que é a mesma coisa, que
387 é feita do mesmo jeito, barragem de agricultura, barragem de captação de água.
388 Então eu acho que é importante diferenciar isso, porque está se demonizando
389 tudo, e quando os projetos de lei vão para a Assembleia Legislativa colocam
390 todo mundo no mesmo barco e citam barragens. Então esse é um ponto de
391 contribuição aqui. Eu concordo muito com o que o Oswaldo falou. A primeira
392 coisa é que pessoas que não têm o menor conhecimento técnico saem
393 acusando profissionais, acusando licenciamento ambiental e não sabem nem a
394 competência de cada um nessa área. Por exemplo, uma barragem de
395 mineração, a engenharia é feita pela ANM, que sabemos que tem uma falta de
396 estrutura gigantesca, de fato, para fiscalização. Diferentemente das barragens
397 hidrelétricas, que têm a Aneel, que é muito mais estruturada, tem uma
398 fiscalização muito mais do dia a dia, muito mais efetiva. Então eu acho que é
399 importante. E como um último comentário eu acho, sim, que o licenciamento
400 ambiental também precisa tomar alguns cuidados. Porque foi falado aqui das
401 responsabilidades, e está claro isso. As pessoas não entendem, mas vem
402 sendo dito na mídia como se o licenciamento ambiental tivesse que responder
403 pela estrutura da barragem. E não é de competência do licenciamento
404 ambiental fazer estrutura de barragem, não tem nem competência para isso.
405 Biólogo não tem competência para analisar se uma estrutura pode vir a ruir ou
406 não pode. Então o licenciamento deveria também tomar certos cuidados na hora
407 de fazer seus relatórios, na hora de exigir os seus estudos, para não entrar na
408 seara aonde ele não tem competência. Aqui, por exemplo, eu vou mencionar até
409 uma coisa que eu ouvi na mídia. Hoje eu não acredito mais na mídia, porque é
410 tanta besteira que escutamos. Mas se falou lá que os relatórios apresentavam
411 autorização para utilização de explosivos, cargas pesadas etc. Esse tipo de
412 coisa, eu acho que o licenciamento ambiental deveria ter cuidado. Porque na
413 hora que você autoriza ou diz que pode usar um explosivo, isso faz menção
414 direta a uma estrutura da barragem. Da mesma forma, carga de caminhões,
415 transitar com caminhões pesados. Isso está se relacionando à estrutura da
416 barragem. Então o licenciamento ambiental também deveria ter cuidado e se
417 ater àquilo que é competência dele e a que profissionais vai ingressar na
418 discussão. Eu tenho visto muitas vezes pessoas que não têm competência para
419 discutir determinados assuntos irem contra pareceres técnicos de consultores,
420 de pessoas renomadas. Então tem que se ter também um cuidado no
421 licenciamento ambiental para anuir, para indeferir aquilo que é da sua
422 competência. Porque na hora que adentra na competência dos outros, está
423 chamando a responsabilidade para si.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Só

424 uma pergunta que surgiu, e ela surge para todos. Eu acho que era bom
425 sabermos. Eu sei que ali tinha o terminal de carga de minério em baixo, tinha
426 uma pera onde os trens carregavam, da outra mina que estava em exploração.
427 E tinha 400 pessoas ali. Por que tinha 400 pessoas ali? É porque tinha uma
428 outra operação. Não é isso? Já que não tem nenhuma operação de
429 recuperação desse minério lá em cima. Tinha 400 pessoas ali, em uma
430 operação que ninguém sabe qual é.” Presidente Thiago Higino Lopes da Silva:
431 “Essas informações detalhadas sobre o processo de licenciamento nós não
432 temos aqui agora.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “O certo é que tinha 400
433 pessoas ali, em uma operação que não sabemos qual é, se é decorrente do
434 licenciamento, ou seja, da operação de reaproveitamento do minério lá. Não
435 sabemos.” Daniel dos Santos Gonçalves/SEMAD: “O complexo ali envolvia uma
436 série de outras operações. A atividade objeto do parecer é uma expansão de
437 algumas lavras que já existiram. Então existia uma operação para extração e
438 beneficiamento a seco naquela região, isso continuava e estava sendo
439 desenvolvido na época do rompimento. O que não foi iniciado são as atividades
440 de ampliação do que existia e de reaproveitamento naquela barragem que
441 rompeu. Isso de forma nenhuma foi iniciado.” **6) RESOLUÇÃO CONAMA Nº**
442 **491/2018 - NOVOS PADRÕES DE QUALIDADE DO AR. Apresentação:**
443 **FEAM.** Flávio Daniel Ferreira/FEAM fez apresentação sobre a Resolução
444 Conama 491/2018, relativa a novos padrões de qualidade do ar. O conteúdo da
445 exposição foi disponibilizado no site do Sisema. **7) A AMPLIAÇÃO DA REDE**
446 **DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR ATRAVÉS DO**
447 **LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Apresentação: FEAM.** Flávio Daniel
448 Ferreira/FEAM fez apresentação sobre a ampliação da Rede Automática de
449 Monitoramento da Qualidade do Ar do Estado de Minas Gerais, por meio do
450 licenciamento ambiental. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site do
451 Sisema. **Manifestações.** Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Uma pergunta só
452 por curiosidade. A nossa gasolina ainda tem chumbo?” Flávio Daniel
453 Ferreira/FEAM: “Não.” Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco: “Só para ficar claro.
454 Vocês estão apresentando uma proposta de ampliar esse trabalho. Não é isso?”
455 Flávio Daniel Ferreira/FEAM: “Eu estou apresentando os resultados, dos últimos
456 anos, desse trabalho, e o que saiu nas instruções do novo modelo da 217 foi
457 esse.” Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco: “Isso está de acordo com o que já
458 conversamos várias vezes, aquelas condicionantes. Então a partir dos
459 resultados das condicionantes vocês vão pegar aqueles estudos apresentados
460 pelas empresas e ver a necessidade de implantação de novas estações ou
461 não.” Flávio Daniel Ferreira/FEAM: “Isso.” Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco:
462 “E teria algum instrumento específico que vocês estão pensando?” Flávio Daniel
463 Ferreira/FEAM: “Via o licenciamento, já tem orientação para a área técnica de
464 como contratar em cada situação, de acordo com as classes da 217, porte e
465 potencial. A regra é porte e potencial G, faz-se inventário e modelagem para
466 suportar o licenciamento; M, faz-se o inventário. Claro, tem algumas tipologias

467 em que o M vai ter que fazer os dois, algumas tipologias em que o G vai ter que
468 fazer só um inventário, de acordo com a sua característica. Mas são casos
469 pontuais e específicos, e isso já está junto à SEMAD, dentro daquelas normas
470 de orientação ao licenciamento. Isso é de grande valia tanto para nós, do órgão
471 ambiental, porque se tudo caminhar do jeito que esse primeiro projeto, esse
472 primeiro piloto apresentou, em breve, daqui a uns dez anos, o Estado terá
473 condições de dar esse retorno com o critério locacional, com a definição mais
474 próxima da realidade possível, para que traga mais facilidade ao licenciamento
475 e tomadas de decisões mais seguras. Eu volto a falar, qualidade do ar é uma
476 caixinha preta. Da mesma forma que para mim uma concentração não
477 incomoda, para outro incomoda. Da mesma forma que eu gosto de sair de casa
478 de carro e trabalhar, todo mundo gosta, e outro vai dar prioridade ao transporte
479 público. Aí já estou intervindo no direto de ir e vir. Tem a emissão, que é natural.
480 Então por se tratar de um cenário tão complexo e difuso, conseguir trazer às
481 claras ou mais próximo da realidade, principalmente para quem está fixo,
482 geograficamente falando, que é o empreendedor, porque é mais fácil de termos
483 o comando e controle, facilitaria tanto para separar o joio do trigo, o que é de
484 responsabilidade social e o que é de responsabilidade industrial.” Conselheiro
485 Adriano Scarpa Tonaco: “É importante porque, igual já falamos várias vezes,
486 não podemos jogar a responsabilidade apenas para uma empresa que é mais
487 fácil.” Flávio Daniel Ferreira/FEAM: “É o que nós buscamos. Hoje o modelo de
488 gestão é esse porque nós não temos ainda todo esse arcabouço de
489 informações para tomar uma decisão generalizada, então ainda trabalhamos
490 pontualmente, nas regiões de entorno, de impacto direto e na comunidade que
491 está sofrendo aquele impacto. Até então esse modelo de gestão nos traz uma
492 percepção mais local. Mas, diante da 491 e dessas diretrizes que ela nos traz,
493 facilitará essa leitura do Estado como um todo para tomada de decisões mais
494 assertivas e com critério locacional mais robusto ou mais consolidado. Porque
495 para água você tem a base, e para a qualidade do ar você tem o quê?”
496 Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco: “Só uma curiosidade também, dessas 44
497 estações, todas são mantidas por empresas? Não tem nenhuma mantida pelo
498 Estado?” Flávio Daniel Ferreira/FEAM: “Não, nenhuma. E Belo Horizonte é um
499 caso à parte. A prefeitura assumiu a gestão de duas estações, foi fruto de uma
500 condicionante da própria prefeitura, e eles não conseguiram manter contrato
501 para gestão de forma que ela rodasse e integrasse ao nosso centro
502 supervisorio. Porque a gente assume a responsabilidade pela informação
503 quando ela passa a ser integrada ao nosso centro supervisorio e começamos a
504 ter uma condição de acompanhar. Como nós não conseguimos um conjunto, e
505 depois a prefeitura sozinha buscando seus recursos não conseguiu fazer essa
506 interlocução, infelizmente, não visualizamos a informação, mas temos ciência
507 de que elas existem, tanto que até uma daquelas fotos da estação do Centro
508 Mineiro de Referência de Resíduos é deles.” **8) ENCERRAMENTO.** Presidente
509 Thiago Higino Lopes da Silva: “Eu quero aproveitar para agradecer os senhores

510 pela presença. Acho que foi bastante produtiva esta reunião, nós conseguimos
511 expressar informações técnicas para os senhores, compartilhar o que a FEAM e
512 o Sisema vêm fazendo, às vezes que ainda silenciosamente, principalmente
513 nessas questões de estação de monitoramento da qualidade do ar, análises de
514 suporte ao licenciamento, que são ações que às vezes ficam nos bastidores e
515 na verdade são extremamente importantes para a atividade final.” Não havendo
516 outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Higinio Lopes da Silva
517 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

518
519 **APROVAÇÃO DA ATA**

520
521
522 **Thiago Higinio Lopes da Silva**
523 **Presidente suplente da Câmara de Políticas**
524 **de Energia e Mudanças Climáticas**